

# Câmara cassa Eurides, a deputada da bolsa

Flagrada em vídeo colocando dinheiro em sua bolsa, Eurides Brito (PMDB) ainda tentou impedir votação, mas Câmara Distrital decidiu pela cassação: 16 votos a 3

A deputada distrital Eurides Brito (PMDB), filmada colocando dinheiro na bolsa, foi cassada ontem pela Câmara Legislativa do Distrito Federal por quebra de decoro parlamentar.

Por 16 votos a 3, os deputados distritais entenderam que o vídeo em que aparece recebendo pacotes de dinheiro do delator do mensalão do DF, Durval Barbosa, comprova a participação da deputada no esquema. Outros quatro deputados se abstiveram e um não participou da sessão.

Relatora do processo de cassação, a deputada distrital Erica Kokay (PT) pediu a cassação de Eurides por quebra de decoro parlamentar. Kokay classificou o esquema de distribuição de propina como uma "quadrilha".

"Não interessa quando se deu o crime, mas sim se foi crime. É crime de formação de quadrilha e de natureza continuada", disse a relatora.

Graças a uma decisão judicial conseguida por Eurides no TJ (Tribunal de Justiça), na véspera da sessão, os deputados não foram obrigados a votar em aberto — como manda a lei distrital. A deputada fez o

mesmo pedido ao STF, que arquivou a reclamação.

Em sua defesa, Eurides afirma que o dinheiro que recebeu de Durval não era propina do mensalão, e sim verba da campanha de 2006. Segundo ela, a origem do dinheiro era o ex-governador Joaquim Roriz (hoje no PSC), que, na época, preparava campanha para o Senado pelo PMDB. A assessora de Roriz nega.

No início do ano, Eurides afirmou em sua página na internet

ter feito reuniões com lideranças políticas entre maio e junho de 2006. "Seria difícil reunir 200 ou 300 lideranças (...) se não fosse como reunião de confraternização, tipo café da manhã, almoço ou galinhada no jantar com grupo musical para animar", explicou ela.

Eurides sustenta que Roriz a mandou passar no gabinete de Durval Barbosa — ex-secretário de Relações Institucionais que delatou do esquema de corrupção no DF — para pegar o dinheiro das reuniões. A deputada não compare-

ceu à sessão. Além da parlamentar, os deputados distritais Leonardo Prudente (sem partido) e Júnior Brunelli (PSC) foram filmados recendo dinheiro do delator do mensalão. Ao contrário de Eurides, Prudente e Brunelli preferiram renunciar ao cargo e, assim, evitar a cassação.

Na sessão de ontem, o advogado Jacques Domenico, representante da deputada, sustentou que ela não poderia ser cassada por um ato anterior ao mandato. "No Senado e na Câmara, nenhum parlamentar pode ser cassado por ato anterior ao mandato. O mandato é a partir de 2007 e a prova é de 2006", disse ele.

A permanência de Eurides no PMDB causava constrangimento ao PT, que se aliou ao partido na eleição de outubro. Com a cassação da deputada, assume Roberto Lucena (PR), irmão do empresário Gilberto Lucena, suspeito de ter abastecido o mensalão. Ele se absteve de votar.

Cinco deputados se declararam abertamente favoráveis à perda do mandato: José Antônio Reguffe (PDT), Raad Massouh (DEM), Chico Leite (PT), Erika Kokay (PT) e Paulo Tadeu (PT). (Agências)

**Museu da corrupção**



Acima, o deputado Wilson Lima mostra voto a favor da cassação de Eurides Brito, apontado pelo vídeo recolhendo moedas de dinheiro (à esquerda) entregues pelo delator do mensalão do DF.

## CASO BANCOOP

### Engenheiro diz à CPI que conta da cooperativa virou incógnita

Ricardo Luiz do Carmo coordenava 30 obras. Questionou a diretoria, perdeu espaço.

O engenheiro Ricardo Luiz do Carmo, coordenador de 30 obras da Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop) no período entre 1997 e 2002, declarou ontem que empreendimentos e o fluxo financeiro da entidade transformaram-se em "bola de neve sem controle". À Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia de São Paulo que investiga supostas fraudes e desvios de recursos, ele afirmou que "a conta da Bancoop virou uma incógnita".

Carmo disse que a Bancoop, na ocasião em que trabalhou para a cooperativa, passou a escolher terrenos inapropriados para a construção de torres de apartamentos. "Talvez pensando em outras situações, confundiram o estatuto sem fins lucrativos com fins lucrativos", anotou.

Um dos terrenos, em Piratuba, situava-se em área pertencente a uma indústria, cujas fundações deveriam ser aproveitadas, o que teria elevado drasticamente o custo da obra. Outros dois, um na Mooca e outro no Tatuapé, localizavam-se em áreas onde havia



Confirmação: Ricardo Luiz do Carmo reitera acusações anteriores

muita água no subsolo.

O engenheiro disse também que o então presidente da Bancoop, Luis Malheiro, pediu a ele que arrecadasse R\$ 1 mil de cada empreiteira e que ouviu dizer que o dinheiro seria destinado para campanhas políticas do PT. Segundo o engenheiro, Malheiro chegou a solicitar a ele que abrisse uma conta para aquele fim.

"Eu me neguei a fazer", contou. "Como eu poderia pedir dinheiro e movimentar na minha conta e ter autoridade como engenheiro de campo?"

Ele afirmou que ao questionar medidas da direção da

Bancoop, foi perdendo espaço, até ficar responsável por apenas cinco obras. Naquela época, cada empreendimento tinha uma conta exclusiva para o pagamento de fornecedores. "Quando questionei, fecharam as contas e misturaram tudo numa única conta, a conta Pool". O engenheiro abriu espontaneamente seu sigilo bancário à CPI.

"Ele (Carmo) apenas reproduziu o depoimento que prestou ao Ministério Público em março de 2008", observou o advogado Pedro Dallari, que defende a Bancoop. "A promotora não tomou nenhuma medida em relação a essas informações. Penso que isso ocorreu porque não há provas, não há absolutamente nada. Ele sustenta apenas ter ouvido falar. Até porque era engenheiro de campo, não tinha relação direta com a administração".

Ricardo do Carmo disse aos integrantes da comissão que os problemas financeiros da Bancoop começaram por volta de 2000. Segundo ele, um dos principais problemas da cooperativa foi a compra de terrenos para abrigar os empreendimentos.

Ele destacou o caso do Portal do Jabaquara, projetado para ter 19 andares, numa área próxima ao aeroporto de Congonhas. A obra sofreu restrições por parte do Comando Aéreo Regional. A alteração do projeto original implicou elevação dos custos e ônus extra para os cooperados. (Agências)

## Amorim elogia insistência do Irã pelo acordo nuclear

Para o chanceler brasileiro, "há um desejo de manter o acordo como uma base"

O ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, disse ontem que a pretensão do Irã de não desistir de um acordo nuclear firmado com o Brasil e a Turquia, apesar de sanções recentes, é um fato "positivo". "Há um desejo de manter o acordo como uma base, o que é positivo porque após o que aconteceu no Conselho de Segurança você poderia temer uma reação menos flexível por parte do Irã", notou Amorim, durante visita a Bucareste, capital da Romênia.

"Eu estou encorajado pelo fato de que, apesar de muita retórica, o que é natural, o presidente (iriano Mahmoud Ahmadinejad) disse que a declaração de Teerã ainda está sobre a mesa", completou Amorim. A declaração refere-se ao acordo firmado em maio entre os três países, segundo o qual o Irã deve enviar urânio enriquecido à Turquia, recebendo em troca combustível para seu reator em Teerã.

Conversas — O ministro conversou ontem com representantes do governo do Irã sobre os efeitos das sanções impostas ao país pelas Nações Unidas, os Estados Unidos e a União Europeia. Nas conversas, o chanceler reiterou que o governo brasileiro aguarda

manifestações concretas dos iranianos para definir eventuais negociações.

Para Amorim, não é o momento de o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter uma atuação proativa em relação às negociações, de acordo com os representantes brasileiros que acompanharam a conversa. O chanceler ressaltou que o Brasil mantém uma posição de defesa do diálogo e da busca por um acordo negociado, evitando medidas restritivas e punitivas.

O chanceler conversou com os emissários do presidente Mahmoud Ahmadinejad no mesmo dia em que a Agência de Energia Atômica do Irã proibiu a entrada no país de dois inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea), ligada às Nações Unidas. Eles pretendiam visitar as instalações das usinas nucleares iranianas.

Os especialistas iranianos afirmaram que os dois estrangeiros produziram um relatório técnico baseado em informações falsas sobre o progra-

ma nuclear do país.

Na conversa com Amorim, os representantes de Ahmadinejad negaram que o Irã evita a inspeção da Aiea. Segundo eles, a exigência é apenas para substituir os dois inspetores por outros que não levantem dúvidas sobre o trabalho. De acordo com os iranianos, na conversa com o chanceler brasileiro, os inspetores da agência internacional divulgaram um documento com dados imprecisos.

Desde o último dia 9, o Conselho de Segurança, os Estados Unidos e a União Europeia aprovaram uma série de sanções ao Irã. As medidas atingem os setores de gás, petróleo, militar e serviços bancários. São várias restrições que impedem o comércio do Irã com outros países.

Para o governo brasileiro, as medidas atrapalham as negociações pelo fim do impasse do Irã com a comunidade internacional. O assunto será retomado durante reunião do G20, em Toronto, no Canadá, no próximo fim de semana. (AE/AB)



Eu estou encorajado pelo fato de que o Ahmadinejad disse que a declaração de Teerã ainda está sobre a mesa.

CELSO AMORIM



Às claras: vereador Bruno Covas (PSDB) acompanha depoimento do engenheiro durante sessão da CPI da Bancoop na Assembleia